



Políticas públicas de Educação Física no Ensino Médio: um olhar sobre a formação humana

Physical Education public policy in High School: perspectives on human development

Fahid da Costa Kemil

João Paulo da Conceição Alves

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Belém/PA-Brasil

Resumo

Este estudo apresenta como objetivo geral analisar como as políticas públicas de educação para o Ensino Médio (EM) abordam a Educação Física (EF) na perspectiva da Formação Humana (FH). Para isso, identifica essa relação a partir de artigos científicos e com base nas Leis nº 9.394/96 e nº 13.005/2014. O método utilizado foi o materialismo histórico-dialético, com o uso de pesquisa bibliográfica e documental. As categorias do método, contradição e alienação, orientaram a leitura crítica do material, enquanto as categorias de análise, cultura corporal e formação humana, permitiram sistematizar os sentidos atribuídos à EF nas políticas educacionais. A análise dos materiais contribuiu para a identificação de limites e possibilidades nas políticas públicas, revelando contradições entre discursos normativos e práticas formativas, levando à conclusão de que a EF vem sendo marginalizada nesse cenário.

Palavras-chave: Políticas públicas; Educação Física; Formação humana.

Abstract

This study aims to analyze how public education policies for Upper Secondary Education addresses Physical Education from the perspective of Human Formation. To this end, it identifies this relationship based on scientific articles and on Laws nº 9.394/96 and nº 13.005/2014. The methodological approach adopted was historical-dialectical materialism, using bibliographic and documentary research. The methodological categories of contradiction and alienation guided the critical reading of the material, while the analytical categories of body culture and human formation made it possible to systematize the meanings attributed to Physical Education in educational policies. The analysis of the materials contributed to identifying limits and possibilities within public policies, revealing contradictions between normative discourses and formative practices. It concludes that Physical Education has been marginalized in this context.

Keywords: Public policies; Physical Education; Human development.

Introdução

A partir da efetivação das políticas públicas de Educação Física no Ensino Médio e da valorização dos conteúdos dessa área do conhecimento, considera-se que aquelas visam garantir melhorias aos processos de formação humana, em perspectiva ampla e interligada com as distintas dimensões da vida humana na esfera social, política, econômica, biológica e cultural. Com isso, visa a formação de sujeitos mais conscientes e críticos, com melhores possibilidades de compreensão dos movimentos sociais, assim como, melhores condições de estabelecer intervenções críticas.

Neste estudo, é defendida a proposta de educação segundo a lógica da história material da humanidade, pensando na formação total do sujeito, o que abrange suas decisões, possibilidade de acesso a bens disponíveis, de lazer, felicidade, para a constituição de um homem livre, na perspectiva de desenvolvimento da humanidade, cuja educação é uma das possibilidades concretas para a materialização das ações e equilíbrio das lutas de classe (Marx; Engels, 2004).

Ao pesquisar sobre o desenho curricular do curso de Licenciatura Plena em Educação Física, houve a compreensão sobre os diversos conteúdos de base pedagógica e biológica que apresentavam um universo diferente da vivência escolar. Assim, esse curso foi escolhido como graduação e surgiu a inquietação no decorrer dos estudos com a percepção da desvalorização da EF durante o processo histórico da educação brasileira, apesar do caráter essencial para a formação humana. Dessa forma, este trabalho marca o início de uma pesquisa que está sendo desenvolvida no âmbito de doutoramento, buscando trazer maior visibilidade para a relevância que a EF apresenta enquanto elemento formativo, social e humano que reflete na consolidação de novos projetos societários.

Assim, apresentamos como objetivo geral desta pesquisa: analisar como as políticas públicas de educação para o ensino médio abordam a Educação Física na perspectiva da formação humana. Como objetivos específicos, temos: a) Identificar a relação estabelecida entre a Educação Física e formação humana a partir de obras na base de dados SciELO Brasil (Scientific Electronic Library Online); e b) explorar como a Educação Física é abordada no ensino médio na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), e no Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014).

A pesquisa adota o materialismo histórico-dialético como método, uma vez que se apresenta como o mais adequado para a compreensão do objeto investigado. Segundo Paulo

Netto (2011), o estudo da concepção de Marx ganhou grande destaque ao trazer uma nova forma de olhar e compreender a realidade, sendo, inclusive, uma proposta pertinente para a análise e compreensão do real.

Este estudo tem como base duas categorias dialéticas que se destacam na compreensão do objeto. A primeira, como elemento fundamental da lógica do materialismo histórico e dialético, é a contradição, que anuncia aspectos antagônicos. Kosik (1976) reforça que a contradição revela a essência dos fenômenos, permitindo ultrapassar a aparência imediata da realidade e compreender sua totalidade concreta. No que se refere a uma ideia de educação, essa contradição se manifestaria em um discurso que diz abordar a formação humana como proposta de formação integral, porém, está pautado pelo viés mercadológico, cuja preocupação reside em atingir metas, aprovação em provas como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a inserção/preparação no/para o mercado de trabalho, desvalorizando a constituição de elementos essenciais nesse processo, no qual destacamos a EF.

A segunda categoria norteadora deste estudo corresponde à alienação, que, em Marx (2004), aparece vinculada à perda do sentido humano do trabalho, de modo que deixa de ser uma atividade criadora e passa a ser uma imposição externa; dessa forma, consiste no processo de perda da racionalidade do sujeito. Essa dinâmica está presente na Educação Física quando esta deixa de abordar os elementos históricos, sociais e políticos que compõem a compreensão crítica da sociedade, alicerce fundamental para a formação humana, e se concretiza na prática superficial de jogos e esportes abordados de maneira descontextualizada. Apresentada dessa forma, a EF deixa de ser um componente de formação crítica e favorece o contrário, fortalecendo a alienação social.

O presente estudo é fundamentado na lógica da pesquisa qualitativa, na qual o conhecimento não se reduz a dados isolados, já que os fenômenos são interpretados e recebem significados, assim como o objeto está repleto deles, relacionando-se ao sujeito (Chizzotti, 2001). Trazemos como fundamento investigativo a pesquisa bibliográfica, que, de acordo com Lima e Miotto (2007), é um conjunto ordenado de procedimentos de busca por solução, voltado ao objeto de estudo e estruturada pra tal finalidade.

Realizamos um levantamento de obras na base de dados SciELO, a fim de buscarmos produções científicas sobre a relação que se estabelece entre a Educação Física e a formação humana, além de trazermos referenciais importantes para o debate. Com base nisso, o

diálogo se dá com autores como: Saviani e Duarte (2010), Duarte (2010) e Frigotto e Ciavatta (2011), para a discussão de educação e política pública; Gramsci (1989), Maciel (2018), Almeida e Silva (2023), Frigotto (2024), Martins e Almeida (2025), Bracht (2019, 2021), Kunz (2020), Neira e Borges (2022), que embasam a perspectiva de formação humana; assim como Lavoura (2016), Freitas (2001), Torri, Albino e Vaz (2007), Oliveira (2000), Angelo, Fonseca e Lima (2022), Boscatto e Bagnara (2022), Bagnara e Boscatto (2022), Bagnara e Fensterseifer (2019), obras encontradas no SciELO, para o viabilizar o diálogo sobre EF e FH.

O levantamento bibliográfico foi realizado no banco de dados SciELO, considerando sua relevância para a divulgação da produção científica nacional na área da Educação. A busca ocorreu durante o mês de agosto de 2025, sem delimitação temporal prévia, com o objetivo de identificar a totalidade das produções disponíveis relacionadas à temática da Educação Física e da formação humana. Publicados em diferentes anos, esses trabalhos permitem uma análise ampliada e consistente sobre a EF no Ensino Médio sob a perspectiva da FH.

Ao buscar pela palavra-chave “Formação humana e Educação Física”, 15 (quinze) artigos foram encontrados. Após a leitura dos títulos e resumos, 8 (oito) artigos foram selecionados por apresentarem relação direta com a proposta da pesquisa. Os demais foram excluídos por não evidenciarem, nesses elementos, articulação entre a Educação Física e formação humana. Dessa forma, foram utilizadas como critério de seleção a presença e a relação dos termos EF e FH com os títulos e resumos dos artigos pesquisados. Além disso, o critério de exclusão utilizado foi a ausência de articulação dos mesmos termos com os títulos e resumos das obras.

Fizemos ainda o uso da pesquisa documental, a partir da análise da Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), e do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014). Segundo Minayo (2001), a pesquisa documental favorece a identificação de dados brutos do contexto sócio-histórico em documentos primários, além de informações que servem como subsídio à compreensão da especificidade de um fenômeno particular dentro do universal.

A LDB e o PNE foram selecionados por constituírem documentos centrais da política educacional brasileira, responsáveis por orientar os princípios, objetivos e a organização da educação básica, especialmente do Ensino Médio. Ambos expressam concepções de educação e de formação diretamente vinculados à Educação Física enquanto componente

curricular. Logo, apresentam relevância normativa, abrangência nacional e potencial para explicitar diretrizes voltadas à formação dos estudantes.

A LDB estabelece os fundamentos legais da educação e reconhece a Educação Física como parte da proposta pedagógica escolar, enquanto o PNE traduz em metas e estratégias os elementos a serem articulados na educação brasileira no período de 10 anos. Dessa forma, esses documentos oferecem subsídios para a melhor compreensão do direcionamento legal que se estabelece em nível nacional sobre a Educação Física.

A análise de documentos relativos a determinado fato é chamada “observação indireta”, segundo Thiollent (1987), que reforça como a principal técnica de análise de dados dessa natureza é a análise de conteúdo. Por isso, neste estudo, os dados são analisados a partir da Análise de Conteúdo de Bardin (2006), tomando como base a leitura sistemática dos documentos normativos e dos artigos científicos selecionados. A partir desse procedimento metodológico, foram eleitas duas categorias centrais de análise: “cultura corporal” e “formação humana”, na perspectiva “omnilateral”.

Na visão de Souza Junior *et al.* (2011, p. 408): “[...] a cultura corporal se configura dimensão constituinte da produção cultural humana, condicionada histórica e socialmente [...] estratégia demarcatória para a confirmação da dimensão corporal humana na cultura”. A cultura corporal, expressa por meio dos jogos, ginásticas, dança, lutas, esportes e outras práticas expressivas, consiste em manifestações que apresentam constituição histórica, cultural, social, política e econômica do ser humano. Há necessidade de estas manifestações serem estudadas em sua profundidade para o real entendimento do sujeito e da realidade em que se insere.

Ao tratarmos sobre a formação humana, referimo-nos à formação omnilateral, a qual, de acordo com Frigotto (2024), está integrada à esfera do materialismo histórico, tendo como fundamento o fato de que a vida de todos os seres da natureza, inclusive o ser humano, está interligada, ou seja, na visão do autor, não há separação entre a história da humanidade e a da natureza. Assim, é importante que o processo educativo escolar possa abranger todas as dimensões da vida humana (omnilateralidade), estabelecendo a conexão entre a natureza e o ser humano, sendo necessário o equilíbrio entre as ciências, sejam elas da natureza, exatas, humanas e sociais, na organização do desenho curricular escolar.

As categorias de análise emergiram do processo de exploração do material e da recorrência de termos, conceitos e sentidos presentes nas obras e nos documentos

analisados. Nesse movimento, a cultura corporal foi compreendida como uma categoria que expressa as múltiplas manifestações corporais, historicamente, e que aparecem nas obras como elementos fundamentais da Educação Física escolar, ultrapassando uma concepção meramente técnica ou biologicista.

De modo articulado, a categoria formação humana na perspectiva omnilateral foi construída a partir da recorrência de abordagens que defendem a formação integral dos sujeitos, considerando as dimensões corporal, intelectual, social, cultural e ética. Essa perspectiva, presente de forma explícita ou implícita nos textos analisados, permitiu compreender a Educação Física no Ensino Médio como componente curricular que contribui para a superação de processos de alienação, ao possibilitar experiências formativas críticas e socialmente referenciadas.

A análise dos documentos e artigos contribuiu para a identificação de trechos, argumentos e proposições que evidenciassem tensões, limites e possibilidades das políticas públicas de Educação Física no Ensino Médio, revelando contradições entre discursos normativos e práticas formativas orientadas por uma lógica instrumental. Nesse sentido, as categorias do método, contradição e alienação, orientaram a leitura crítica do material, enquanto as categorias de análise, cultura corporal e formação humana, possibilitaram sistematizar os sentidos atribuídos à Educação Física nas políticas educacionais. A próxima seção constata a inserção da perspectiva de formação humana na Educação Física.

A formação humana como elemento presente na Educação Física

A partir da busca feita no SciELO, foram selecionados 8 (oito) artigos para análise, pois abordam a perspectiva de formação humana na Educação Física. A apresentação deles aqui tem como intuito destacar o papel e a relevância da EF na FH, o que reforça a necessidade de explorar e valorizar essa área do conhecimento nas políticas públicas educacionais. Por meio da pesquisa, notamos a necessidade de mais estudos científicos que abordem de forma específica e aprofundada a perspectiva de FH aqui defendida. A seguir, trazemos a análise dos principais aspectos identificados sobre essa temática nas obras encontradas.

Quadro 1 – Formação humana e Educação Física

OBRA	AUTOR/ANO	DESCRIÇÃO
Educação Física escolar: formação ou pseudoformação?	Oliveira (2000)	A EF pode servir como prática de resistência, denúncia, crítica e superação do indivíduo, quando abordada de forma intencional e crítica.

Lazer e subjetividade: a mútua determinação esquecida nos currículos de Educação Física	Freitas (2001)	Foi mencionada a percepção de subjetividades ocultas nos processos de realidade objetiva, que se manifestam livremente por meio dos jogos, brincadeiras e danças, como um produto social constituído e em constituição no processo de formação humana, o que se dá a partir da educação formal e da formação profissional em EF.
Sacrifícios, sonhos, indústria cultural: retratos da educação do corpo no esporte escolar	Torri, Albino e Vaz (2007)	A partir das práticas corporais, o corpo na escola é um forte elemento definidor de condutas e comportamentos.
Educação escolar e a cultura corporal em áreas de reforma agrária: a emancipação humana em análise.	Lavoura (2016)	Foram identificadas possibilidades de superação da educação escolar e da cultura corporal na prática social do MST, priorizando a apropriação de conhecimentos necessários ao pleno desenvolvimento como seres humanos.
Responsabilidade da educação física escolar: concepção dos professores que atuam na formação inicial	Bagnara e Fensterseifer (2019)	Nessa obra os autores alertam para a superficialidade no trato com os conteúdos da EF por parte de professores, pois muitas vezes se deixa de abordar os conteúdos de forma crítica e intencional.
Mediações entre trabalho e educação física: uma análise a partir de um programa de escolarização de trabalhadores	Angelo, Fonseca e Lima (2022)	A EF é caracterizada como uma atividade humana que compõe a complexidade do ser social em suas múltiplas manifestações ao longo do desenvolvimento humano.
Educação Física no Ensino Médio Integrado: conhecimento e especificidade	Boscatto e Bagnara (2022)	A obra retrata o potencial da EF no entendimento dos fenômenos atrelados à cultura corporal do movimento, abordando como eles se relacionam com os conhecimentos das demais áreas e com o mundo.
A Educação Física no Ensino Médio Integrado a partir dos marcos legais: da negação às possibilidades	Boscatto (2022)	O texto aborda a relevância da EF no processo de formação de sujeitos emancipados e dotados de capacidade crítica, processo no qual é fundamental que os estudantes reflitam, discutam, tenham experiências e se apropriem dos conhecimentos abordados na EF como elemento importante de formação humana.

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Nos cenários expressos nas obras apresentadas acima, a educação está voltada para a formação do sujeito, aquele que, nas palavras de Morin (2005, p. 38), “emerge ao mesmo tempo que o mundo”, constituindo-se como componente social e histórico; por isso, ela é tão fundamental para o desenvolvimento da cidadania e do conhecimento crítico. As obras, em sua maioria, traduzem as concepções de cultura corporal nas aulas de EF, enquanto a perspectiva de formação humana está presente em todas elas, de modo direto ou indireto, reforçando o caráter próximo e essencial que a Educação Física traduz nessa esfera.

A EF trabalha e interpreta as concepções e práticas corporais, construindo condutas e comportamentos veiculados à formação humana. Dessa forma, Lavoura (2016), Oliveira (2000), Bagnara e Fensterseifer (2019) e Torri, Albino e Vaz (2007), abordam com maior destaque a perspectiva da cultura corporal na constituição histórica da população, reforçando

a necessidade do conhecimento desenvolvido a partir de uma perspectiva crítica, a fim de superar a alienação.

Os autores abordam a ideia do conhecimento intencional, pois a formação pode ocorrer de forma acrítica e alienada na ausência dos componentes históricos, políticos e sociais, ou seja, a serviço do capital – ou pode superar a alienação à qual o sujeito é exposto, ao se apresentar emancipada. Dessa forma, as obras defendem a proposta de educação crítica, na qual o sujeito compreende os processos que vivencia e tem condições de intervir sobre eles.

O trabalho pedagógico apresenta compromissos e fragilidades a partir da concepção de formação humana presente nas aulas de Educação Física escolar, uma vez que revela a função social da disciplina. Requer reflexão sobre seus objetivo e discernimento na promoção de experiências formativas de caráter crítico que possam promover lutas contra a conformação imposta pelo sistema capitalista, como afirmam Almeida e Silva (2023) e Silva (2023), estando em conformidade com os autores apresentados nesta seção.

Assim, a EF, desenvolvida de forma crítica ou não, estará impactando na formação, de modo que a primeira supera a alienação, ao passo que a segunda a mantém na perspectiva mercadológica, mitigando as possibilidades de emancipação social. Freitas (2001) relaciona a cultura corporal com a formação humana, quando trata o lazer a partir do produto social, com jogos, danças e brincadeiras sendo elemento formativo; com isso, traz um aspecto presente e comumente utilizado de forma descontextualizada nas aulas, mas que, ao ser apropriado criticamente, tem expressivo potencial formativo, até mesmo de forma indireta ou lúdica.

Outra esfera abordada em uma das obras faz menção direta à classe trabalhadora, a respeito da qual Angelo, Fonseca e Lima (2022) trazem a perspectiva crítica vinculada ao processo de trabalho humano. Assim, percebemos a importância de se assumir a concepção de FH na EF, possibilitando à classe trabalhadora uma formação que contemple as múltiplas dimensões da vida, para que se possa desfrutar das manifestações da cultura corporal, rompendo com a concepção mercadológica.

No contexto educacional, a formação humana abordada de forma integral aborda como dimensão central a consciência corporal. Isso, porque é a partir dela que o sujeito pode melhor compreender a individualidade que apresenta em relação ao coletivo expresso na sociedade. Na visão de Martins e Almeida (2025), a partir das práticas educativas críticas e

emancipatórias, o aluno tem a possibilidade de conhecer o próprio corpo e a interação que estabelece com o mundo e com os outros.

A EF organizada e sistematizada pode fornecer aos estudantes um quadro referencial que proporcione a leitura crítica da realidade, como afirmam Boscatto e Bagnara (2022), implicando o agir de forma autônoma no mundo particular do sujeito, no trabalho, lazer e cidadania. Assim, esses conhecimentos podem se articular a diversas áreas, como trabalho, sociedade, democracia, diversidade, cultura, artes, ideologias, economia e outros. Por isso, a EF contribui para a formação de sujeitos políticos auxiliando no exercício da cidadania (Bagnara; Boscatto, 2022).

Para Gramsci (1989), a escola e a vida se distanciam, reproduzindo os interesses do capital e desconsiderando cultura, criatividade, autonomia, interesses e até particularidades do ser. Ao reproduzir essa demanda, o corpo docente atua na formação de alunos mais instruídos, no entanto, o conhecimento cultural se estabelece de modo defasado.

A participação ativa do aluno só vai ocorrer se a escola for ligada à vida, isto é, quando se pensa a atividade discente voltada ao domínio de leis naturais e regras da sociedade civil. Portanto, para sua inserção em determinada atividade laboral, ocorre a dissociação dos conhecimentos de vida, de uma formação humana, estimulando-se a passividade do aluno e sua atuação em prol da manutenção do que se estabelece no meio político, social e econômico. A partir da próxima seção, abordaremos as políticas públicas educacionais, com ênfase no EM brasileiro.

Contextualizações do Ensino Médio brasileiro

A educação constitui o trabalho em sua essência, sendo este a realização efetiva do sujeito, que, para Saviani e Duarte (2010), é a transformação da atividade do sujeito em objeto social. Em outras palavras, como reforça Duarte (2010, p. 45): “A atividade de trabalho é específica ao gênero humano e, em sua forma primária, consiste na transformação da natureza com vistas à produção dos meios necessários à vida humana”. É relevante ainda ressaltar que é a partir do trabalho que o homem se relaciona com o meio em que se insere. Desse modo, as políticas educacionais de Ensino Médio mencionam de forma recorrente a preparação para o trabalho, mas numa perspectiva mercadológica, para a inserção no mercado de trabalho capitalista.

É dito que a educação vai preparar o trabalhador para se inserir no mercado, já que a própria LDB/1996 preconiza a preparação para o mundo do trabalho (Brasil, 1996). Nesse

ponto, é possível identificar a posição do Estado a serviço do capital. Para Gramsci (1989), existe uma função organizativa de hegemonia social que leva ao domínio da classe vigente, oferecendo lugar a uma divisão do trabalho, com uma série de empregos distintos que favorecem a divisão social em classes. Daí a relevância de considerar este como um dos aspectos que molda a percepção de realidade e dissemina a perspectiva da classe dominante.

A LDB/1996 estabelece a identidade do Ensino Médio como uma etapa de consolidação da Educação Básica, sendo o EM a etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos. De acordo com a LDB/1996, atualizada pela Lei nº 14.945/2024 (Brasil, 2024), seus objetivos são: possibilitar o prosseguimento de estudos, consolidando e aprofundando os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental; promover a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando; o aprimoramento como ser humano, propondo formação ética, desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; e compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, constituindo a relação entre teoria e prática no ensino de cada disciplina.

No decorrer da década de 1990, com o crescente processo de privatização no patrimônio público, seguiram-se as reformas educacionais. O EM brasileiro se constitui utilizando a ideia de qualidade pública, obrigatória e gratuita, ao passo que oferece uma “meia” educação, como afirmam Frigotto e Ciavatta (2011), visando a preparação imediata para o mercado de trabalho. A classe dominante foi definindo um projeto de sociedade capitalista dependente, associado e subordinado aos centros hegemônicos de organismos internacionais e do grande capital, representando seus interesses.

De acordo com a Lei nº 14.495/2024 (Brasil, 2024), a partir do mínimo de 3 mil horas, totalizadas com os três anos do EM, 2.400 horas devem ser destinadas à Formação Geral Básica (FGB) definida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – antes eram 1.800 horas destinadas à FGB. Nesse contexto, a EF está incluída nessa carga horária voltada às aprendizagens essenciais, porém, tanto a distribuição quanto a definição dessas horas destinadas à EF cabem às escolas e redes de ensino, seguindo as diretrizes do Ministério da Educação e da BNCC.

O discurso apresentado pela BNCC é fragmentado, como apontado por Neira (2024) ao tratar sobre a EF, ressaltando que as práticas corporais são instrumentalizadas, colocadas como elementos para se estabelecerem determinadas relações, não havendo a reflexão crítica no conteúdo mencionado – muito menos quando a BNCC aborda os padrões de beleza,

exercícios físicos, desempenho físico, saúde, as relações midiáticas, o consumo e as práticas corporais.

Desse modo, aqueles que vivem do trabalho ou da venda de sua força de trabalho encontram-se absorvidos por um ciclo perverso do capital que, em suma, reproduz a divisão social do trabalho e a divisão de classes. Assim, os jovens objetivam empregos e condições materiais de vida e produção da existência melhores do que aquelas de outrora, que foram proporcionados a seus pais. Todavia, majoritariamente, os estratos sociais permanecem inalterados, e a pobreza, nas suas distintas dimensões, é reproduzida dentro dessa lógica desigual. Na seção seguinte, apresentamos uma análise da LDB e do PNE quanto à Educação Física, enfatizando a relevância desse conteúdo para a formação humana.

Formação humana, Educação Física e as Leis nº 9.394/1996 e 13.005/2014

A EF está fortemente relacionada à formação humana, sendo fundamental sua presença nos documentos normativos que regem a educação brasileira. Nesta seção, abordaremos a perspectiva de EF presente nas Leis nº 9.394/1996 (Brasil, 1996) e nº 13.005/2014 (Brasil, 2014), assim como a relevância da formação humana no processo formativo educacional, em especial nas aulas de Educação Física.

A partir da análise da LDB de 1996 e do PNE (Lei nº 13.005/2014), são identificadas contradições que não se restringem ao plano normativo, mas que se materializam de forma concreta nas práticas escolares, incidindo sobre a Educação Física no Ensino Médio e as possibilidades de formação humana na perspectiva omnilateral. Embora ambos os documentos afirmem, em seus princípios gerais, o compromisso com a formação integral dos estudantes, a Educação Física é pouco explicitada e fragilmente articulada a esse projeto formativo. Isso revela como ela é abordada nas políticas públicas educacionais brasileiras de Ensino Médio no texto, mas pouco se materializa no seu contexto de formação geral a partir do que indicam Marx e Engels (2004), considerando sua pouca relevância de menção e obrigatoriedade nos marcos legais analisados.

A LDB menciona, em seu artigo 10, inciso III, que aos estados cabe a função de elaborar e executar políticas e planos educacionais, de acordo com as diretrizes e planos nacionais de educação, de forma integrada com os municípios. A Educação Física aparece no parágrafo 3º do referido artigo, como integrada à proposta pedagógica da escola, sendo componente curricular obrigatório da Educação Básica. Entretanto, é facultativa nos casos em que o aluno tenha jornada de trabalho igual ou superior a seis horas, idade superior a 30 anos, quando

estiver prestando serviço militar ou atividade similar que obrigue à prática da Educação Física, que apresente afecções congênicas ou adquiridas, sendo facultativa também para quem tiver prole. Dessa forma, fica claro que a EF não é tida como relevante, especialmente quando comparada às demais áreas do conhecimento, pois não é disciplina obrigatória em diversos casos.

A legislação ainda traz indícios de que a EF é um conteúdo meramente prático, pouco relevante, sendo facultada em casos de pessoas que não possam realizar esforço físico. Castellani Filho (1988) menciona que essa área do conhecimento foi por muito tempo vista como sendo de caráter apenas prático e acrítico, o que constitui uma visão que perdura ainda na atualidade. Há muito a ser desenvolvido na esfera teórica visando a conscientização e reflexão crítica, a fim de que se encare a EF para além de atividades práticas, ou seja, esse público poderia e deveria ter acesso a tais conhecimentos

É contraditório o fato de a política mencionar a preocupação com a formação cidadã, ética e crítica do sujeito, elementos relevantes e qualitativos. Entretanto, durante todo o EM, há grande preocupação com a realização de avaliações como o ENEM. De acordo com Kawashima e Moreira (2020), o primeiro dilema do EM é que consiste em uma etapa de preparação para exames vestibulares, ou seja, o discurso de formação humana se resume à aplicação de um exame padronizado e quantitativo, o que contradiz todo o discurso e inferioriza conteúdos, como a EF, mediante outros componentes.

A LDB reconhece a Educação Física como componente curricular integrante da proposta pedagógica da escola, porém, a ausência de definições mais claras acerca de sua função formativa contribui para interpretações divergentes das demais disciplinas. Para Bracht (2019, 2021) e Kunz (2020), essa configuração repercute nas práticas escolares, uma vez que a Educação Física passa a ser compreendida como de menor relevância pedagógica, sendo frequentemente associada ao lazer, ao condicionamento físico ou à ocupação do tempo escolar, e não como espaço de produção de conhecimento e de formação humana crítica.

Esse aspecto se traduz no cotidiano escolar, em práticas marcadas pela redução da carga horária, na ausência de planejamento articulado ao projeto político-pedagógico da escola e pela inferiorização da Educação Física às demais áreas do conhecimento. No Ensino Médio, tais práticas se intensificam pela composição curricular, na qual são priorizadas disciplinas consideradas de maior relevância para as avaliações externas e para o ingresso no

ensino superior, enquanto a Educação Física segue marginalizada. Esse contexto traduz a contradição entre o discurso legal de formação integral e a prática escolar fragmentada.

Sobre o Plano Nacional de Educação, com vigência de 2014 a 2024, prorrogado até 31 de dezembro de 2025, foi aprovado pela Lei nº 13.005/2014, trazendo 20 (vinte) metas, das quais foram selecionadas para este estudo apenas duas. Isso, porque, das 20, apenas aquelas escolhidas sugerem alguma aproximação com a Educação Física no EM, uma vez que ela sequer é mencionada. A primeira é a *meta 3*, com o intuito de universalizar, até 2016, o atendimento escolar à toda população com idade entre 15 e 17 anos, período em que se está cursando o EM: “[...] universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento)” (Brasil, 2014).

Como estratégia para o alcance dessa meta, é mencionado o incentivo a abordagens interdisciplinares, articulando dimensões da ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte. Esses são componentes presentes na Educação Física, a qual não é mencionada claramente no PNE e tende a passar despercebida, mesmo sendo elemento relevante nesse processo, uma vez que fica subentendida sua discreta participação na escrita da estratégia mencionada.

A seguinte é a *meta 7*, que aborda de forma indireta a presença da EF no EM, visando fomentar a qualidade da educação em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, a fim de melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), inclusive, para o EM:

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio (Brasil, 2014).

Novamente, a EF não aparece de forma explícita, ao passo que outro elemento quantitativo é mencionado para mensurar a proposta de formação em questão, o IDEB. A formação humana traz elementos qualitativos não identificáveis a partir da análise quantitativa proposta pelo ENEM ou IDEB, novamente se fala de formação crítica, com ações e métodos acríticos. A ação em questão é contraditória, não se adequando à totalidade, ao contexto social, político e econômico que se vive, sendo mediada por um discurso que se autoafirma como crítico.

Embora seja um documento que reafirme a necessidade de garantir qualidade social da educação e o desenvolvimento pleno dos estudantes, o PNE não contempla a Educação Física com metas ou estratégias específicas que assegurem sua valorização pedagógica. Autores como Souza, Mascarenhas e Maldonado (2024) mencionam que essa ausência leva a efeitos diretos nas práticas escolares, já que as redes de ensino e as escolas orientam suas ações a partir de tal documento. Assim, a Educação Física fica em segundo plano nos processos de formação, investimento em infraestrutura e organização curricular.

Essa lacuna se expressa na dificuldade de concretizar propostas pedagógicas que compreendam a cultura corporal como conhecimento escolar relevante. Alguns autores, como Frizzo e Molina Neto (2020), Neira e Borges (2022), retratam como, diante desse cenário, os professores de Educação Física enfrentam limites e tendem a ser pressionados a adotar abordagens tecnicistas, esportivistas e/ou descontextualizadas da realidade social dos estudantes.

A distância entre os documentos normativos e as práticas escolares contribui para processos de alienação, na medida em que a Educação Física passa a ser vivenciada pelos estudantes como uma atividade de pouca relevância. Essa alienação se manifesta quando os conteúdos da cultura corporal são desarticulados da reflexão crítica sobre o corpo, a sociedade e as relações sociais, em direção oposta ao potencial emancipatório da disciplina.

A mediação expressa entre a LDB e o PNE evidencia que as contradições presentes nas políticas educacionais permanecem no plano legal e se materializam no cotidiano das escolas, impactando diretamente na organização do trabalho pedagógico da Educação Física no Ensino Médio. Ao não esclarecer o papel da EF na FH integral, esses documentos favorecem a desvalorização da EF, comprometendo a construção de práticas escolares que reconheçam o corpo e a cultura corporal como dimensões fundamentais da formação humana em perspectiva omnilateral. Na próxima seção, trataremos da Educação Física e as aproximações que estabelece com a formação humana.

Perspectiva de Educação Física e a relação com a formação humana

Analisada a partir das políticas públicas educacionais, a Educação Física escolar revela um conjunto de fragilidades e contradições que impactam sobre o potencial formativo que ela detém. Embora seja reconhecida como componente curricular, a forma como ela é tratada nos documentos normativos compromete sua consolidação enquanto prática pedagógica orientada para a formação humana, especialmente no Ensino Médio.

Na perspectiva crítica da Educação Física defendida por Bracht (2019, 2021) e Kunz (2020), a área deve ser compreendida como responsável por mediar a apropriação crítica da cultura corporal, contribuindo para a FH em sua dimensão ampliada, omnilateral. Essa perspectiva rompe com a concepção de EF exclusivamente voltada ao rendimento físico, à aptidão corporal ou à recreação, reiterando seu papel na formação intelectual, cultural, social e política dos estudantes.

A cultura corporal, enquanto categoria analítica, possibilita a compreensão das políticas públicas como condicionantes do acesso estudantil às diferentes manifestações corporais historicamente produzidas. De acordo com Neira e Borges (2022), quando a Educação Física é esvaziada de intencionalidade crítica, há o empobrecimento do currículo e a limitação das experiências formativas, o que reforça o processo de alienação e afasta de uma perspectiva emancipatória de formação humana. Em face disso, a próxima seção finaliza este texto e tece algumas considerações sobre a breve análise que apresentamos.

Considerações finais

Neste estudo, defendemos uma educação que valorize os conhecimentos e o desenvolvimento coletivo de uma subjetividade sociocultural, com diálogo e informações para a tomada de decisões a ser feita de forma humana. Nessa esfera, a humanidade precisa estar presente para que as decisões e soluções apresentadas, de fato, contemplem os anseios, o bem-estar social, e não conduzam à dominação de uns poucos sobre uma maioria subordinada.

A partir do estudo realizado sobre a LDB e o PNE, concluímos que a Educação Física não ocupa o mesmo espaço que as demais áreas do conhecimento na esfera política, havendo a valorização de determinadas áreas e a desvalorização de outras. A EF é pouco mencionada e, quando abordada, aparece de forma superficial, sinalizando pouca relevância. A perspectiva de formação humana integral, associando conhecimentos sociais, culturais, políticos e biológicos, é bem desenvolvida na EF por meio dos conteúdos que a contemplam; no entanto, isso se dá sem a devida valorização e espaço no campo das políticas públicas para essa área do conhecimento, de modo que sua efetividade é fragilizada.

A partir da análise dos artigos pesquisados no SciELO, torna-se ainda mais clara a relevância da formação humana e o quanto ela está atrelada à Educação Física, ressaltando-se a importância dessa área do saber. Percebemos a necessidade de mais produções científicas acerca da temática aqui abordada, buscando chamar a atenção para a necessidade

de políticas públicas que valorizem a formação do sujeito mais crítico e emancipado, de modo que a EF possa contribuir de forma positiva e intencional.

É importante mencionar que este, por ser um estudo de natureza documental e bibliográfica, reflete as contradições presentes nos textos normativos e na literatura analisada, não contemplando diretamente as múltiplas mediações que se estabelecem no cotidiano das escolas. Assim, recomenda-se que futuras pesquisas avancem na articulação entre políticas públicas, análises de outras políticas educacionais, reformas curriculares e práticas pedagógicas, incorporando estudos de campo que permitam ampliar a análise sobre a efetividade da Educação Física no Ensino Médio na perspectiva de formação omnilateral.

Referências

ALMEIDA, Matheus Silva de; SILVA, Welington Araújo. A concepção de formação humana presente nas aulas de Educação Física escolar no município de Feira de Santana – Bahia. **inCORPOrAÇÃO**, Feira de Santana, v. 1, n. 2, p. 111-133, 2023.

ANGELO, Denis Fernando Barcellos; FONSECA, Denise Grosso da; LIMA, Leonardo da Silva. Mediações entre trabalho e educação física: uma análise a partir de um programa de escolarização de trabalhadores. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Uberlândia, v. 44, e008922, 2022.

BAGNARA, Ivan Carlos; BOSCATTO, Juliano Daniel. A educação física no ensino médio integrado a partir dos marcos legais: da negação às possibilidades. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 38, e26736, 2022.

BAGNARA, Ivan Carlos; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. Responsabilidade da educação física escolar: concepções dos professores que atuam na formação inicial. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Uberlândia, v. 42, e2029, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BOSCATTO, Juliano Daniel; BAGNARA, Ivan Carlos. Educação Física no Ensino Médio Integrado: conhecimento e especificidade. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Uberlândia, v. 44, e003022, 2022.

BRACHT, Valter. **Educação Física escolar: saberes e práticas pedagógicas**. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2019.

BRACHT, Valter. **A Educação Física escolar no Brasil: história, cultura e políticas educacionais**. Campinas: Autores Associados, 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. Brasília, DF: Presidência da República, 2024.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a História que não se conta.** Campinas: Papirus, 1988.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DUARTE, Newton. O debate contemporâneo das teorias pedagógicas. In: MARTINS, Lígia Márcia; DUARTE, Newton (org.). **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias.** São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 33-49.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte.** 9. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2020.

FREITAS, Palmira Scvcgnani de. Lazer e subjetividade: a mútua determinação esquecida nos currículos de educação física. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 18, p. 242-243, dez. 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 619-638, jul./set. 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Formação humana omnilateral e o Ensino Médio Integrado: a (des)conexão entre formação científica e política da juventude. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 1, n. 24, e17172, jun. 2024.

FRIZZO, Giovanni; MOLINA NETO, Vicente. Educação Física, trabalho pedagógico e formação humana. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 26, e26083, 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

KAWASHIMA, Larissa Beraldo; MOREIRA, Evando Carlos. A Educação Física no Ensino Médio. In: **Educação Física no Ensino Médio: reflexões e práticas exitosas.** Cuiabá: EdUFMT Digital, 2020.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAVOURA, Tiago Nicola. Educação escolar e cultura corporal em áreas de reforma agrária: a emancipação humana em análise. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 1079-1086, dez. 2016.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

MACIEL, Antonio Carlos. Marx e a politecnia, ou: do princípio educativo ao princípio pedagógico. **Exitus**, Santarém, v. 2, n. 2, p. 85-110, 2018.

MARTINS, Tadeu Artur Vieira; ALMEIDA, Rosiney Rocha. Consciência corporal como possibilidade de formação humana integral nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Research, Society and Development**, v. 14, n. 3, 2025.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Centauro, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social, teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 9-30.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NEIRA, Marcos Garcia. A Educação Física nos parâmetros, orientações e na Base Nacional do Ensino Médio. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.32, n.124, p. 1-21, jul./set. 2024.

NEIRA, Marcos Garcia; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. Educação Física escolar, cultura corporal e formação humana. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 34, n. 65, p. 1–18, 2022.

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. Educação física escolar: formação ou pseudoformação? **Educar em Revista**, Curitiba, n. 16, p. 11-26, dez. 2000.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. Formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 15, n. 45, p. 422-433, set./dez. 2010.

SILVA, Amanda Moreira. O trabalho docente na educação pública fluminense frente o empresariamento. In: Vale Cassio; SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro. **Do público “público” ao público “privado” na educação**. Curitiba: CRV, 2023. p. 125-144.

SOUZA, Dara Bispo de; MASCARENHAS, Laís Almeida; MALDONADO, Daniel Teixeira. Educação Física na Educação Básica: análises, reflexões e possibilidades de uma prática político-pedagógica crítico-libertadora. **Revista Brasileira de Educação Física Escolar**, São Paulo, ano IX, v. 3, p. 124-145, mar. 2024.

SOUZA JUNIOR, Marcílio. et al. Coletivo de autores: A cultura corporal em questão. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Uberlândia, v. 33, n. 2, p. 391-411, abr./jun. 2011.

THIOLLENT, Michel Jean Marie. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. ed. São Paulo: Editora Polis, 1987.

TORRI, Danielle; ALBINO, Beatriz Staimbach; VAZ, Alexandre Fernandez. Sacrifícios, sonhos, indústria cultural: retratos da educação do corpo no esporte escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 499-512, dez. 2007.

Sobre os autores

Fahid da Costa Kemil

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, da Universidade Federal do Pará (PPEB/UFPA). Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Educação e formação humana (GEFOR).

E-mail: fa_hid@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3741-7710>

João Paulo da Conceição Alves

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). É Professor Adjunto III no curso de Pedagogia no Campus de Abaetetuba/UFPA. É docente no curso de Doutorado em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA/UFPA), e no Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão de Escola Básica (PPEB/UFPA). Membro fundador e Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Educação e formação humana (GEFOR/UNIFAP).

E-mail: jpaulochee@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9549-3906>

Recebido em: 28/02/2026

Aceito para publicação em: 11/03/2026